

FÁBIO IANNI GOLDFINGER
FLÁVIO GARCIA CABRAL

COMENTÁRIOS AOS CRIMES EM LICITAÇÃO E CONTRATOS

Aspectos controversos e práticos

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2025

© 2025 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo / Thaynara Faleiro Malta

Revisão: xxx

Projeto gráfico: Walter Santos

Capa e Diagramação: Formato Editoração

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G618c Goldfinger, Fábio Ianni
Comentários aos crimes em licitação e contratos: aspectos controversos e práticos
/ Fábio Ianni Goldfinger, Flávio Garcia Cabral. Belo Horizonte: Fórum, 2025.
149p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-450-0786-9

ISBN digital 978-65-450-0784-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito Penal. 3. Licitações. 4. Contratos. 5. Lei nº 14.133/2021. I. Cabral, Flávio Garcia. II. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GOLDFINGER, Fábio Ianni; CABRAL, Flávio Garcia. *Comentários aos crimes em licitação e contratos: aspectos controversos e práticos*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 149p. ISBN 978-65-450-0786-9.

APRESENTAÇÃO.....	13
1	
ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES EM LICITAÇÃO E CONTRATOS.....	15
1.1 Considerações iniciais sobre as licitações e a Lei nº 14.133/21	16
1.2 Considerações gerais sobre os aspectos penais da Lei nº 14.133/2021	19
1.2.1 Contexto e implicações das mudanças penais.....	21
1.2.2 Revogação dos tipos penais da Lei nº 8.666/93	23
1.2.3 Aspectos processuais penais dos crimes em licitação e contratos públicos.....	23
1.3 Questões de competência e atribuição para as ações penais.....	24
1.4 Conceito de agente público para os crimes em licitação e contratos administrativos.....	25
1.5 Aplicação do artigo 22 da LINDB	26
1.6 Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes em licitação e contratos administrativos.....	27
1.7 Possibilidade do princípio da insignificância.....	28
1.8 Pena de multa	29
2	
CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS	33
2.1 Crimes	36
2.1.1 Contratação direta ilegal (artigo 337-E).....	36
2.1.1.1 Tipo penal anterior correspondente.....	36
2.1.1.2 Tipo penal e pena.....	36
2.1.1.3 Conflito de leis no tempo.....	36
2.1.1.4 Classificação doutrinária	37
2.1.1.5 Bem jurídico protegido	38
2.1.1.6 Objeto material	39
2.1.1.7 Sujeitos ativo e passivo do crime.....	39
2.1.1.8 Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	41
2.1.1.8.1 Hipóteses de contratação direta	41
2.1.1.8.2 Planejamento da contratação direta	44
2.1.1.8.3 Contratação direta: exceção normativa x ocorrência prática.....	47
2.1.1.8.4 A contratação fora das hipóteses de contratação direta.....	48
2.1.1.9 Comportamentos do tipo penal.....	49
2.1.1.10 Voluntariedade	50
2.1.1.11 Consumação e tentativa.....	51
2.1.1.12 Ação penal e benefícios legais.....	52
2.1.1.13 Concurso de normas	52
2.1.2 Frustração do caráter competitivo de licitação (artigo 337-F).....	53
2.1.2.1 Tipo penal anterior correspondente.....	53
2.1.2.2 Tipo penal e pena.....	53
2.1.2.3 Conflito de leis no tempo.....	53
2.1.2.4 Classificação doutrinária	53
2.1.2.5 Bem jurídico protegido	54
2.1.2.6 Objeto material	55
2.1.2.7 Sujeitos ativo e passivo do crime.....	55
2.1.2.8 Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	55
2.1.2.8.1 A competitividade na licitação	55
2.1.2.8.2 Adjudicação do objeto licitado	56

2.1.2.8.3	Necessidade de licitação	57
2.1.2.8.4	Processo de dispensa eletrônica – o “preguinho”	57
2.1.2.9	Comportamentos do tipo penal.....	59
2.1.2.10	Voluntariedade	60
2.1.2.11	Consumação e tentativa.....	60
2.1.2.12	Ação penal e benefícios legais.....	61
2.1.2.13	Concurso de crimes	62
2.1.2.13.1	Concurso aparente com peculato	62
2.1.3	Patrocínio de contratação indevida (artigo 337-G)	63
2.1.3.1	Tipo penal anterior correspondente.....	63
2.1.3.2	Tipo penal e pena.....	63
2.1.3.4	Conflito de leis no tempo.....	63
2.1.3.5	Classificação doutrinária	63
2.1.3.6	Bem jurídico protegido	64
2.1.3.7	Objeto material.....	64
2.1.3.8	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	64
2.1.3.9	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	65
2.1.3.9.1	Interesse público e interesse privado.....	65
2.1.3.9.2	Planejamento da licitação: DFD e ETP.....	67
2.1.3.9.3	Atuação do particular.....	67
2.1.3.9.4	Licitação ou contratação direta	68
2.1.3.9.5	Instauração da licitação.....	68
2.1.3.9.6	Necessidade de atuação do Poder Judiciário	68
2.1.3.9.7	Invalidação decorrente do patrocínio indevido	69
2.1.3.9.8	Manutenção dos contratos inválidos	69
2.1.3.9.9	Trânsito em julgado?.....	70
2.1.3.10	Comportamentos do tipo penal.....	70
2.1.3.11	Voluntariedade	71
2.1.3.12	Consumação e tentativa.....	71
2.1.3.13	Ação penal e benefícios legais.....	72
2.1.3.14	Concurso de crimes	72
2.1.4	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (artigo 337-H)	73
2.1.4.1	Tipo penal anterior correspondente.....	73
2.1.4.2	Tipo penal e pena.....	73
2.1.4.3	Conflito de leis no tempo.....	74
2.1.4.4	Classificação doutrinária	74
2.1.4.5	Incidência da Lei Anticorrupção	75
2.1.4.6	Bem jurídico protegido	75
2.1.4.7	Objeto material.....	75
2.1.4.8	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	76
2.1.4.9	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	77
2.1.4.9.1	Alterações contratuais.....	77
2.1.4.9.2	Aditivo e apostilamento	77
2.1.4.9.3	Prorrogação contratual	78
2.1.4.9.4	Contratos administrativos e contratos com a Administração	79
2.1.4.9.5	Vantagens ao contratado.....	79
2.1.4.9.6	Ordem cronológica de pagamento.....	80
2.1.4.9.7	Contratado beneficiado.....	81
2.1.4.10	Comportamentos do tipo penal.....	81
2.1.4.11	Voluntariedade	82
2.1.4.12	Consumação e tentativa.....	82
2.1.4.13	Ação penal e benefícios legais.....	83
2.1.4.14	Concurso de crimes	83
2.1.5	Perturbação de processo licitatório (artigo 337-I)	83
2.1.5.1	Tipo penal anterior correspondente.....	83
2.1.5.2	Tipo penal e pena.....	84
2.1.5.3	Conflito de leis no tempo.....	84

2.1.5.4	Classificação doutrinária	84
2.1.5.5	Incidência da Lei Anticorrupção	85
2.1.5.6	Bem jurídico protegido	85
2.1.5.7	Objeto material	85
2.1.5.8	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	85
2.1.5.9	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	86
2.1.5.9.1	Processo ou procedimento?.....	86
2.1.5.9.2	Atos do processo licitatório	87
2.1.5.10	Comportamentos do tipo penal.....	88
2.1.5.11	Voluntariedade	89
2.1.5.12	Consumação e tentativa.....	89
2.1.5.13	Ação penal e benefícios legais.....	89
2.1.5.14	Concurso de crimes	90
2.1.6	Violação de sigilo em licitação (artigo 337-J)	90
2.1.6.1	Tipo penal anterior correspondente.....	90
2.1.6.2	Tipo penal e pena.....	90
2.1.6.3	Conflito de leis no tempo.....	91
2.1.6.4	Classificação doutrinária	91
2.1.6.5	Bem jurídico protegido	92
2.1.6.6	Objeto material.....	92
2.1.6.7	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	92
2.1.6.8	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	93
2.1.6.8.1	Sigilo da proposta	93
2.1.6.8.2	Outros sigilos.....	94
2.1.6.8.3	Novamente o “preguinho”	94
2.1.6.9	Comportamentos do tipo penal.....	94
2.1.6.10	Voluntariedade	95
2.1.6.11	Consumação e tentativa.....	96
2.1.6.12	Ação penal e benefícios legais.....	97
2.1.6.13	Tipo penal especial	97
2.1.6.14	Concurso de crimes	97
2.1.7	Afastamento de licitante (artigo 337-K).....	98
2.1.7.1	Tipo penal anterior correspondente.....	98
2.1.7.2	Tipo penal e penas.....	98
2.1.7.3	Conflito de leis no tempo.....	99
2.1.7.4	Classificação doutrinária	99
2.1.7.5	Incidência da Lei Anticorrupção	100
2.1.7.6	Bem jurídico protegido	100
2.1.7.7	Objeto material.....	100
2.1.7.8	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	101
2.1.7.9	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	101
2.1.7.9.1	A figura do licitante.....	101
2.1.7.9.2	O caso do “preguinho”: uma diferente conclusão	101
2.1.7.9.3	Contratação direta?	102
2.1.7.10	Comportamentos do tipo penal.....	102
2.1.7.11	Voluntariedade	104
2.1.7.12	Consumação e tentativa.....	104
2.1.7.13	Ação penal e benefícios legais.....	104
2.1.7.14	Concurso de crimes	105
2.1.7.14.1	Emprego de violência e soma das penas.....	106
2.1.8	Fraude em licitação ou contrato (artigo 337-L).....	106
2.1.8.1	Tipo penal anterior correspondente.....	106
2.1.8.2	Tipo penal e pena.....	106
2.1.8.3	Conflito de leis no tempo.....	107
2.1.8.4	Classificação doutrinária	107
2.1.8.5	Incidência da Lei Anticorrupção	108
2.1.8.6	Bem jurídico protegido	108
2.1.8.7	Objeto material.....	108

2.1.8.8	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	109
2.1.8.9	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	110
2.1.8.9.1	Rol taxativo de comportamentos.....	110
2.1.8.9.2	Mercadorias e serviços.....	110
2.1.8.9.3	Irregularidades nas mercadorias e nos serviços	111
2.1.8.9.4	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	112
2.1.8.9.5	Licitação ou contrato	112
2.1.8.9.6	Equilíbrio econômico-financeiro	112
2.1.8.9.7	Jogo das planilhas.....	113
2.1.8.9.8	Prejuízo à Administração	114
2.1.8.9.9	Aumento arbitrário dos preços	114
2.1.8.10	Comportamentos do tipo penal.....	115
2.1.8.11	Voluntariedade	115
2.1.8.12	Consumação e tentativa.....	116
2.1.8.13	Ação penal e benefícios legais.....	116
2.1.8.14	Concurso de crimes	117
2.1.9	Contratação inidônea (artigo 337-M).....	117
2.1.9.1	Tipo penal anterior correspondente.....	117
2.1.9.2	Tipo penal e pena.....	117
2.1.9.3	Conflito de leis no tempo.....	118
2.1.9.4	Classificação doutrinária	118
2.1.9.5	Bem jurídico protegido	118
2.1.9.6	Objeto material.....	119
2.1.9.7	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	119
2.1.9.8	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	120
2.1.9.8.1	Amplitude do termo “inidôneo”	120
2.1.9.8.2	Inidoneidade do licitante prevista na Lei nº 14.133/2021.....	121
2.1.9.8.3	Outras inidoneidades.....	122
2.1.9.8.4	Consulta a cadastros.....	122
2.1.9.8.5	Prorrogação do contrato?	123
2.1.9.8.6	Inidoneidade da pessoa jurídica e do sócio-administrador	124
2.1.9.8.7	Regras de exceção	125
2.1.9.9	Comportamentos do tipo penal.....	125
2.1.9.10	Voluntariedade	126
2.1.9.11	Consumação e tentativa.....	126
2.1.9.12	Ação penal e benefícios legais.....	127
2.1.9.13	Concurso de crimes	128
2.1.10	Impedimento indevido (artigo 337-N)	128
2.1.10.1	Tipo penal anterior correspondente.....	128
2.1.10.2	Tipo penal e pena.....	128
2.1.10.3	Conflitos de leis no tempo.....	129
2.1.10.4	Classificação doutrinária	129
2.1.10.5	Bem jurídico protegido	130
2.1.10.6	Objeto material.....	130
2.1.10.7	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	130
2.1.10.8	Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	131
2.1.10.8.1	Registro(s) cadastral(ais).....	131
2.1.10.9	Comportamentos do tipo penal.....	133
2.1.10.10	Voluntariedade	134
2.1.10.11	Consumação e tentativa.....	134
2.1.10.12	Ação penal e benefícios legais.....	135
2.1.10.13	Concursos de normas.....	135
2.1.11	Omissão grave de dado ou de informação por projetista (artigo 337-O).....	136
2.1.11.1	Tipo penal anterior correspondente.....	136
2.1.11.2	Tipo penal e pena.....	136
2.1.11.3	Conflito de leis no tempo.....	137
2.1.11.4	Classificação doutrinária	137

2.1.11.5 Bem jurídico protegido	138
2.1.11.6 Objeto material.....	138
2.1.11.7 Sujeitos ativo e passivo do crime.....	138
2.1.11.8 Norma penal em branco	139
2.1.11.9 Considerações sobre o tipo objetivo: a adequação típica.....	139
2.1.11.9.1 Projeto básico, projeto executivo e anteprojeto	139
2.1.11.9.2 Contratação integrada ou semi-integrada.....	140
2.1.11.9.3 Diálogo competitivo	141
2.1.11.9.4 Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.....	142
2.1.11.9.5 PMI e PMIS	143
2.1.11.9.6 Condições de contorno	144
2.1.11.9.7 Levantamento cadastral.....	144
2.1.11.10 Comportamentos do tipo penal.....	144
2.1.11.11 Voluntariedade	144
2.1.11.12 Consumação e tentativa.....	145
2.1.11.13 Ação penal e benefícios legais.....	146
2.1.11.14 Concurso de crimes	146
REFERÊNCIAS	147